

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Recursos contra o Gabarito Provisório das provas aplicadas ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Nível Superior – Português

Questão nº 04

Candidatos: Brenda Virgínia de Moura Mendes, Cálita de Paula Carvalho, Daniel Batista de Lima, Guilherme Rodrigues de Carvalho Oliveira, Melyssa Rayne Santos Ferreira Basilio, Nicolas de Emmerick Cerqueira, Rodrigo Alexandrino B. Alves e Victor Maia de Mendonça.

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou os recursos interpostos e decidiu o que segue:
Os argumentos procedem.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela anulação da questão.

Questão nº 05

Candidatos: GIVANILDO NICOLAU DE LIMA, ISADORA DE LIMA SOARES, MARÍLIA MOREIRA DE CASTRO e RICARDO GUIMARÃES PAIVA

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. De acordo com o Novo Acordo a Língua Portuguesa, o hífen é utilizado quando o prefixo termina com a mesma letra que começa a segunda palavra ou quando a segunda palavra começa com "h". Nas demais situações, o prefixo é escrito junto à segunda palavra. Quando o prefixo termina em vogal e a segunda palavra começa com as consoantes "r" ou "s", ocorre duplicação dessas consoantes. As palavras "sobre-humano"; "antissocial"; e, "autoaprendizagem" foram grafadas corretamente. Há erros nas demais palavras, a saber: "semianalfabeto" (alternativa B); "hiperconectividade" (alternativa C); "intrarracial" (alternativa A). A palavra "autoaprendizagem" teve a separação silábica de forma adequada, apresentando traço de translineação no final da linha, já que o espaçamento não era suficiente para a escrita total dessa palavra.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 06

Candidatos: GABRIEL DANTAS FERREIRA ENVALL e GIVANILDO NICOLAU DE LIMA

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O enunciado da questão é enfático ao questionar sobre o uso facultativo do acento indicativo de crase. Mediante as afirmativas apresentadas para análise, o acento indicativo

de crase é facultativo antes da preposição “até”. Nas demais afirmativas a crase foi adequadamente empregada, já que o seu uso é obrigatório.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 08

Candidatos: GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Os verbos impessoais sempre são conjugados na 3.ª pessoa do singular. Dessa forma, “Já fazem anos que não vou ao médico” denota erro em relação à concordância verbal. As demais afirmativas apresentadas para análise estão escritas conforme a adequação linguística, a saber: “Ler e vencer é o nosso objetivo”: Quando os sujeitos são dois ou mais infinitivos, o verbo fica no singular; “Mais de um paciente fará parte da biblioterapia”: o verbo concorda com o numeral que acompanha; e, “Alugam-se livros para alunos e vestibulandos”: o sujeito livros está no plural e, conseqüentemente, o verbo também estará.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 09

Candidatos: DAYELLEN MARIA DA COSTA, MELYSSA REYNE SANTOS FERREIRA, SHEILA CRISTINA DE OLIVEIRA e VICTOR MAIA DE MENDONÇA

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Os verbos dar, soar e bater + hora(s) sempre concordam com o sujeito. Assim, “No relógio do consultório médico bateram duas horas” seria a afirmativa coerente quanto à concordância verbal. As demais afirmativas estão corretas. A presença do termo que percebida na alternativa C (Comenta-se, entre os médicos, que sobre a biblioterapia no país) não interfere no entendimento da questão, pois o enunciado é enfático ao questionar sobre a alternativa que contraria a norma-padrão da Língua Portuguesa em relação à concordância verbal, ou seja, sobre a concordância do verbo com o sujeito. Nesse caso, em “Comenta-se, entre os médicos, sobre a biblioterapia no país”, a frase não é formada por um objeto direto que assume a função de sujeito, mas sim por um objeto indireto ou por verbos intransitivos; dessa forma, a partícula “se” deverá ser sempre encarada como sendo um pronome indefinido, indeterminador do sujeito. Neste caso, a concordância verbal deverá ser sempre feita com a 3ª pessoa do singular.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 10

Candidatos: CAÍQUE EMANUEL NUNES DA COSTA e GIVANILDO NICOLAU DE LIMA

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O enunciado solicita que seja assinalada a afirmativa grafada corretamente. A única afirmativa coerente com a gramática normativa da Língua Portuguesa é "Todas as pessoas estavam meio ansiosas para começar o tratamento", pois o termo "meio", nesse caso, é invariável. As demais afirmativas, para estarem escritas corretamente, deveriam assim se apresentarem: "O médico tem menos informação sobre a terapia com os livros"; "É necessária a participação dos autores dos livros na reunião"; "Ela mesma disse que tem facilidade em se colocar no lugar do outro".

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Nível Superior – Conhecimentos Gerais

Questão nº 13

Candidata: DILZA PEREIRA DA SILVA

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O ebola é um vírus da família dos *Filoviridae*, de estrutura extremamente simples, mas altamente agressivo ao organismo humano. Ele é formado de material genético envolto por uma cápsula de proteína. Como todos os vírus, o ebola é incapaz de se reproduzir sozinho. Ele escraviza o organismo hospedeiro de modo a replicar seu próprio genoma e produzir novos vírus. O assunto abordado na questão é surto da doença do vírus ebola na República Democrática do Congo é atual, contemporâneo e vigente.

Fonte: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/surto-de-ebola-no-congo-infecta-2000-pessoas-em-10-meses/ar-AACooyv>

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Nível Médio – Português

Questão nº 02

Candidato: ERICK JOHNSON PEREIRA SILVA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. A afirmativa "Mais sábio que esse homem eu sou" apresenta ação verbal que evidencia um fato atual, ou seja, o verbo encontra-se no presente do indicativo. As demais afirmativas apresentam o verbo no pretérito imperfeito do indicativo, ou seja, se refere a um fato ocorrido no passado, mas que não foi completamente terminado. Expressando, assim, uma ideia de continuidade e de duração no tempo. Tais ações verbais são, a saber: "Assim, o pensador demonstrava uma verdade (...)"; "Ele geralmente começava seus debates com perguntas diretas sobre temas elementares (...)"; e, "(...) os antigos gregos costumavam consultar os deuses (naquela época, não havia psicanalistas)".

Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 03

Candidatos: GABRIELLE RODRIGUES ALVES PEREIRA, GABRYEL RAMON GOMES SOBREIRA, GEOVANE FERREIRA LOPES e MARINA ALVES DE JESUS

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, "a fim" significa finalidade, enquanto "afim" indica semelhança. Dessa forma, conclui-se que o adequado seria "Sócrates começou uma cruzada pessoal a fim de acabar com a falsa sabedoria". O enunciado é enfático ao solicitar que seja assinalada a afirmativa grafada incorretamente, ou seja, escrita de forma errada.

Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Nível Médio – Matemática

Questão nº 12

Candidata: MARIANA VITORIA SILVA STÉDILE

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Considerando as informações evidenciadas no enunciado da questão, podemos verificar que:

Merlin recebe: R\$ 1.375,00

Artur recebe: R\$ 1.925,00

Logo, é possível concluir que o salário de Artur é R\$ 550,00 maior que o de Merlin.

Fonte: PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 16

Candidato: CÍCERO FELIPE DE OLIVEIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O valor corrigido pelo atraso é: $600 * 1,1 = 660$. Ao utilizar o cartão, o valor passará a ser de: $660 * 1,05 = 693$.

Fonte: PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 19

Candidata: MARINA ALVES DE JESUS

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Sabe-se que em 1 dia 7 técnicos consertam 16 automóveis: 7 está para 16.

Em 7 dias, X técnicos consertarão 336 automóveis, ou seja, por dia, consertam-se 48 automóveis. Logo:

7 — 16

X — 48

X = 21 técnicos são necessários.

Portanto, torna-se necessário contratar 14 novos técnicos.

Fonte: PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 20

Candidatos: ERICK JOHNSON PEREIRA SILVA e MARIANA VITORIA SILVA STÉDILE

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Considerando que durante o inverno a academia perdeu diversas matrículas, sendo $747 - 620 = 127$ alunos, que corresponde a 17% dos 747 alunos inicialmente matriculados. Logo, restaram 83%.

Fonte: PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Nível Médio – Informática

Questão nº 22

Candidata: JOÃO VICTOR BARBOSA BARROS

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Considerando a tabela a seguir, tem-se que:

	A	B	C	D	E	F
1	8	4	1			
2	5	3	7			
3	2	9	6			
4				6		

Fonte: Interface de uso Microsoft Excel (versão 2013 – português Brasil - configuração padrão).

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 24

Candidata: MARINA ALVES DE JESUS

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Utilizando o navegador Internet Explorer 11.0 (Configuração Padrão), a opção que descreve as teclas de atalho que têm a função de "Abrir os favoritos" é CTRL+I.

Fonte: <https://support.microsoft.com/pt-br/help/15357/windows-internet-explorer-11-keyboard-shortcuts>

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Serviço Social – Português

Questão nº 09

Candidata: KAROLAINE DOS SANTOS BEZERRA

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Os verbos dar, soar e bater + hora(s) sempre concordam com o sujeito. Assim, "No relógio do consultório médico bateram duas horas" seria a afirmativa coerente quanto à concordância verbal. As demais afirmativas estão corretas. A presença do termo que percebida na alternativa C (Comenta-se, entre os médicos, que sobre a biblioterapia no país) não interfere no entendimento da questão, pois o enunciado é enfático ao questionar sobre a alternativa que contraria a norma-padrão da Língua Portuguesa em relação à concordância verbal, ou seja, sobre a concordância do verbo com o sujeito. Nesse caso, em "Comenta-se, entre os médicos, sobre a biblioterapia no país", a frase não é formada por um objeto direto que assume a função de sujeito, mas sim por um objeto indireto ou por verbos intransitivos; dessa forma, a partícula "se" deverá ser sempre encarada como sendo um pronome indefinido, indeterminador do sujeito. Neste caso, a concordância verbal deverá ser sempre feita com a 3ª pessoa do singular.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Serviço Social – Conhecimentos Específicos

Questão nº 17

Candidato:

ANA LUIZA DE AGUIAR MOURA
KAROLAINE DOS SANTOS BEZERRA
LAÍS CHIARELI DE SOUZA SOARES

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento procede. A única assertiva correta é o item II, porém, não consta tal alternativa na questão.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela anulação da questão.

Psicologia – Português

Questão nº 03

Candidata: INGRID DE SOUZA SOARES

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O enunciado é enfático ao solicitar que seja assinalada a afirmativa grafada incorretamente, ou seja, escrita de forma errada. A palavra “expectativa”, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa, é escrita com “x”. Significa “uma espera positiva”, ou seja, “esperança”; “desejo”; “aguardamento”; “espera”. Assim, a afirmativa “A espectativa garante um poder de cura por meio dos livros” apresenta inadequação linguística. As demais afirmativas estão adequadamente escritas.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 09

Candidatas: ANA CAROLINA LOPES DA SILVA, CARINA DE CASTRO ALVES e ISABELLA MAGALHÃES OLIVEIRA

Resposta: Prezadas candidatas,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Os verbos dar, soar e bater + hora(s) sempre concordam com o sujeito. Assim, “No relógio do consultório médico bateram duas horas” seria a afirmativa coerente quanto à concordância verbal. As demais afirmativas estão corretas. A presença do termo que percebida na alternativa C (Comenta-se, entre os médicos, que sobre a biblioterapia no país) não interfere no entendimento da questão, pois o enunciado é enfático ao questionar sobre a alternativa que contraria a norma-padrão da Língua Portuguesa em relação à concordância verbal, ou seja, sobre a concordância do verbo com o sujeito. Nesse caso, em “Comenta-se, entre os médicos, sobre a biblioterapia no país”, a frase não é formada por um objeto direto que assume a função de sujeito, mas sim por um objeto indireto ou por verbos intransitivos; dessa forma, a partícula “se” deverá ser sempre encarada como sendo um pronome indefinido, indeterminador do sujeito. Neste caso, a concordância verbal deverá ser sempre feita com a 3ª pessoa do singular.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 10

Candidata: INGRID DE SOUZA SOARES

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. O enunciado solicita que seja assinalada a afirmativa grafada corretamente. A única afirmativa coerente com a gramática normativa da Língua Portuguesa é “Todas as pessoas estavam meio ansiosas para começar o tratamento”, pois o termo “meio”, nesse caso, é invariável. As demais afirmativas, para estarem escritas corretamente, deveriam assim se

apresentarem: "O médico tem menos informação sobre a terapia com os livros"; "É necessária a participação dos autores dos livros na reunião"; "Ela mesma disse que tem facilidade em se colocar no lugar do outro".

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Psicologia – Conhecimentos Específicos

Questão nº 11

Candidato: ISABELLA MAGALHÃES OLIVEIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O enunciado era claro ao mencionar "Diante deste escopo, existem três tipos de perícias que envolvem o âmbito de saúde mental no Brasil. São elas:". Portanto, o questionamento foi em relação a quais tipos de perícia existem em saúde mental, que abrange além da atuação do psicólogo, e foi no sentido do candidato saber quais tipos de exames existem, independentemente se o psicólogo realizará ou não, pois é importante ter o conhecimento da interface entre o direito, a psiquiatria e a psicologia. Assim a sua atuação será embasada em um exame que pode já ter sido realizado.

Com isso, não foi questionado na pergunta se o psicólogo fará exame de insanidade mental. Mas como ele atua na área jurídica, é necessário saber quais exames o sujeito e/ou periciado realizou.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 16

Candidato: ISABELLA MAGALHÃES OLIVEIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O enunciado especifica que o candidato precisa assinalar quais são os "três tipos" e não somente os dois tipos que a candidata refere. Segue novamente a questão: "Diante deste escopo, existem três tipos de perícias que envolvem o âmbito de saúde mental no Brasil. São elas:"

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Direito – Português

Questão nº 03

Candidatos: GABRIELLE LISBOA TEIXEIRA

Resposta: Prezada candidata,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. A única palavra das mencionadas nas alternativas que, da forma como é empregada no texto, não corresponde a um adjetivo é "ideal" (5º§). Isto porque aparece substantivada pelo artigo "o".

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 134.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 04

Candidatos: ANDREZA NUNES FERREIRA, CAIO ALVES MARTINS, CARLOS HENRIQUE DA SILVA FIGUEIRÊDO, CAROLINE RABELO CORRÊA, DANIEL VICTOR DE SOUZA BARREIRA E LIRA, DIOGO WALTER SOUSA, EVELYN CARVALHO SILVA, GIOVANNA RIZZI PALACE, ISABELA DE ARAUJO SANTOS e ISABELA FRUET DE FREITAS

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Sobre a frase "Relacionado entre os direitos básicos do consumidor, definidos no artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, está o direito à informação" (3º§) e algumas possibilidades de reelaboração da sua mensagem, é correto afirmar que se a palavra "informação" fosse flexionada no plural, haveria supressão do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede, pois não há, na afirmação I, a proposição expressa de que o termo que antecede a palavra "informação" deverá ser peremptoriamente flexionado no plural, o que, pelo raciocínio lógico, torna subentendido que esse mesmo termo será mantido no singular, até porque este procedimento preservará o respeito à norma culta da língua portuguesa; se a palavra "informação" fosse substituída pela expressão "tratamento cortês", haveria elisão do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede, pois não há crase diante de palavra masculina, como é o caso de "tratamento"; se a palavra "direito" fosse substituída pelo termo "acesso", não haveria eliminação do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede, pois a regência nominal, tanto de "direito" como de "acesso", requisita a presença da preposição "a", que, fundida com o artigo definido "a", resultará em "à".

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 277.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 06

Candidatas: CAMILA DE SOUZA CLARO, ELLEN CAROLINE SOARES MACHADO DE LIMA e JULIANA DE CASTRO COSTA

Resposta: Prezadas candidatas,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. As letras iniciais maiúsculas presentes em "Código de Defesa do Consumidor" também são utilizadas em outras situações, como é o caso da palavra "Oriente", quando este ponto cardeal designa uma região. Nos demais casos, ou seja, quando se trata de uma festa pagã ou popular, como é o caso do "carnaval", nome de mês, como é o caso de "julho" e nome gentílico, como é o caso de "argentino" usa-se inicial minúscula.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 65.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 08

Candidatas: GABRIELLE LISBOA TEIXEIRA e GIOVANNA RIZZI PALACE

Resposta: Prezadas candidatas,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. Na frase "Assim, por não tratar diretamente de uma definição do que seja publicidade, o estudioso do Direito do Consumidor deve, primeiramente, buscar o conceito deste complexo instituto fora dos limites do direito" (1º§), se a palavra "estudioso" fosse flexionada no plural, ela deveria ser reescrita da seguinte forma: "Assim, por não tratar diretamente de uma definição do que seja publicidade, os estudiosos do Direito do Consumidor devem, primeiramente, buscar o conceito deste complexo instituto fora dos limites do direito". Destarte, duas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 09

Candidatos: DANDARA CONCEIÇÃO CORREIA, ISABELLA ANDRADE FERREIRA, VERÔNICA MENDES DA SILVA e ELLEN CAROLINE SOARES MACHADO DE LIMA

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é improcedente. As palavras "violência" (2º §) e "língua" (4º §) são classificadas, respectiva e corretamente, como paroxítona e paroxítona, pois "ia" e "ua" são ditongos, não podendo ser separados silabicamente.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 36.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela preservação do gabarito.

Questão nº 10

Candidatos: ALANA LEITE DA COSTA, BIANCA ALVES MARIANO, BIANCA CHRISTINA BATISTA, BRENNER RAFAEL MIRANDA DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DA SILVA FIGUEIRÊDO, DANDARA CONCEIÇÃO CORREIA, DANIEL FERNANDES RIBEIRO, EVELYN CARVALHO SILVA, GABRIEL HENRIQUE DE ALMEIDA, GIOVANNA RIZZI PALACE, ISABELA DE ARAUJO SANTOS, ISABELA FARIA DE SOUSA, ISABELA FRUET DE FREITAS, ISABELLA SILVA SALES, JANINE FERNANDES DE OLIVEIRA, JOSÉ APARECIDO PAES LANDIM TORRES, JÚLIA CÂMARA DO NASCIMENTO, JULIANA DE CASTRO COSTA, LUCAS SOUSA DE CARVALHO, LUCIANNA COLONNA SILVA, MATEUS ALVES FERREIRA GOMES, MAURÍCIO COSTA ALVES, RACHELE DELENDA DE CASTRO, THAÍS DA SILVA MASCARENHA, WILLIAM DOS REIS LOPES VIEIRA e LUÍSA MORAIS CORRÊA BORGES

Resposta: Prezados candidatos,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O argumento é procedente. A questão deve ser anulada. O verbo "induzir" é transitivo direto e indireto, requisitando, portanto, o uso da preposição "a" nos complementos que funcionam como objeto indireto, que vai se fundir ao artigo definido feminino "a" nas duas primeiras lacunas, formando "à". Por sua vez, diante de palavra feminina no plural, que é o caso de "diretrizes", tem-se apenas a

preposição “a”, que é requisitada pelo verbo transitivo indireto “obedecer”. Portanto, a ausência da sequência correta entre as alternativas culmina com a necessidade de anulação da referida questão.

Fonte: LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. São Paulo: Ática, 2010, p. 332 e 380.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela anulação da questão.

Direito – Conhecimentos Específicos

Questão nº 11

Candidato: ELLEN CAROLINE SOARES MACHADO DE LIMA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

Para Humberto Theodoro Júnior, as fontes do Direito Processual Civil são as mesmas do direito em geral, isto é, a lei e os costumes, como fontes imediatas, e a doutrina e jurisprudência, como fontes mediatas. Em razão do caráter público do direito processual, é a lei, sem dúvida, sua principal fonte. Não obstante, não raros são os problemas que surgem no curso dos processos que não encontram solução direta na lei, mas que o juiz tem de resolver. Daí o recurso obrigatório aos costumes judiciais, à doutrina e à jurisprudência como remédios adequados à superação de tais impasses. (p. 31, Curso de Direito Processual Civil, Vol.1, 59ª ed.)

Ademais, o candidato tinha a possibilidade de resolver a questão, se não pela visão doutrinária exposta acima, por eliminação das alternativas incorretas. Vejamos: A alternativa A está incorreta, pois sabe-se, logicamente, que a lei não é uma fonte mediata, mas imediata. Já na alternativa D, sua incorreção está no limitador “apenas”, pois os costumes não são o único tipo de fonte existente. Seguindo o raciocínio, jurisprudência e doutrina não podem ser fontes imediatas, pois não são como a lei, sendo pacífico na doutrina sua classificação em fontes mediatas. Assim, a alternativa B também não poderia ser o gabarito. Considerando os conhecimentos do candidato de que a lei é a fonte principal, e, portanto, imediata, este acertaria a questão por eliminação das demais alternativas.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Candidato: THAÍS DA SILVA MASCARENHAS

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

Para Humberto Theodoro Júnior, as fontes do Direito Processual Civil são as mesmas do direito em geral, isto é, a lei e os costumes, como fontes imediatas, e a doutrina e jurisprudência, como fontes mediatas. Em razão do caráter público do direito processual, é a lei, sem dúvida, sua principal fonte. Não obstante, não raros são os problemas que surgem no curso dos processos que não encontram solução direta na lei, mas que o juiz tem de resolver. Daí o recurso obrigatório aos costumes judiciais, à doutrina e à jurisprudência como remédios adequados à superação de tais impasses. (p. 31, Curso de Direito Processual Civil, Vol.1, 59ª ed.)

Ademais, o candidato tinha a possibilidade de resolver a questão, se não pela visão doutrinária exposta acima, por eliminação das alternativas incorretas. Vejamos: A alternativa A está incorreta, pois sabe-se, logicamente, que a lei não é uma fonte mediata, mas imediata. Já na alternativa D, sua incorreção está no limitador “apenas”, pois os costumes não são o único tipo de fonte existente. Seguindo o raciocínio, jurisprudência e doutrina não podem ser fontes imediatas, pois não são como a lei, sendo pacífico na doutrina sua classificação em fontes mediatas. Assim, a alternativa B também não poderia ser o

gabarito. Considerando os conhecimentos do candidato de que a lei é a fonte principal, e, portanto, imediata, este acertaria a questão por eliminação das demais alternativas.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 14

Candidato:

DANIEL CASTRO CORREA DE SOUZA
JOÃO PEDRO DE SOUZA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:
Assiste razão ao candidato, haja vista que o gabarito da questão encontra-se trocado. Pela sistemática do novo Código, a citação não interrompe a prescrição; o que interrompe é o despacho que a ordena, sempre com eficácia retroativa à data da propositura da ação.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela troca do gabarito da questão de D para B.

Candidato:

LAYANE SILVA DOS SANTOS

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O enunciado, ao citar o art. 240, referiu-se tanto ao *caput* quanto aos seus parágrafos. Caso a banca elaboradora quisesse delimitar, teria colocado “art. 240, *caput*”. Entretanto, o gabarito está trocado, sendo a alternativa correta a letra B. Pela sistemática do novo Código, a citação não interrompe a prescrição; o que interrompe é o despacho que a ordena, sempre com eficácia retroativa à data da propositura da ação.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela troca do gabarito da questão de D para B.

Questão nº 17

Candidato: ANDREZA NUNES FERREIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:
A candidata afirma que a questão está errada, mas não faz a sua solicitação. De qualquer modo, para dirimir quaisquer dúvidas, seguindo o raciocínio de Humberto Theodoro Júnior, “a citação pelo correio é a regra geral a ser observada no processo civil. As demais são exceções e dependem de certos requisitos expressamente preconizados pelo Código.” Como exemplo, o autor menciona a citação por meio eletrônico, a qual depende de achar-se o tribunal aparelhado para utilizar a informática como técnica de transmissão de dados, além de ter de sujeitar-se aos termos da Lei 11.419/2006.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 18

Candidato GABRIELLE LISBOA TEIXEIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

A candidata afirma que o gabarito correto é a alternativa C. Equivocada sua afirmação. Está correto afirmar que o ato que não reúne os mínimos requisitos de fato para sua existência como ato jurídico, do qual não apresenta nem mesmo a aparência exterior denomina-se ato inexistente. O problema da inexistência, dessa forma, não se situa no plano da eficácia, mas sim no plano anterior do ser ou não ser, isto é, da própria vida do ato. (JR, HUMBERTO T.)

Segundo Theodoro Júnior, com relação ao ato juridicamente inexistente, não se pode sequer falar de ato jurídico viciado, pois o que há é um simples fato, de todo irrelevante para a ordem jurídica.

Já, no que diz respeito ao ato anulável, ou relativamente nulo, ocorre quando este, embora viciado em sua formação, mostra-se capaz de produzir seus efeitos processuais, se a parte prejudicada não requerer sua invalidação.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 20

Candidato LUCAS SOUSA DE CARVALHO

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

O candidato afirma que há duas alternativas corretas. Analisando a questão, percebe-se que houve confusão por parte do candidato quanto à alternativa A, que afirma: [...] do último domicílio do casal, caso haja filho incapaz. Vejamos o que dispõe a alínea “b”, inciso I do art. 53 do CPC:

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

[...]

b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;

No momento da leitura, o candidato pensou ter lido como consta na lei (Código). Observa-se que há um erro na alternativa A, que é a omissão da palavra “não”, passando a frase para o afirmativo. Dessa forma, há apenas uma alternativa correta, que é a alternativa C.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 21

Candidato ANDREZA NUNES FERREIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:

A candidata afirma que a PARCIALIDADE do juiz não é uma característica do sistema INQUISITÓRIO. Crê-se que a candidata fez confusão com os termos INQUISITÓRIO e ACUSATÓRIO. Senão vejamos: segundo Aury Lopes Júnior, as principais características do sistema INQUISITÓRIO são: a) gestão/iniciativa probatória nas mãos do juiz; b) ausência de separação das funções de acusar e julgar; c) violação do princípio ne procedat iudex ex officio, pois o juiz pode atuar de ofício; c) JUIZ PARCIAL; d) inexistência de contraditório pleno; e) desigualdade de armas e oportunidades.

Agora, vejamos sobre o Sistema Processual ACUSATÓRIO: a) clara distinção entre as atividades de acusar e julgar; b) a iniciativa probatória deve ser das partes; c) mantém-se o juiz como um terceiro IMPARCIAL, alheio a labor de investigação e passivo no que se refere à coleta da prova, tanto de imputação como de descargo; d) tratamento igualitário das partes; e) procedimento é em regra oral (ou predominantemente); f) plena publicidade de todo o procedimento (ou de sua maior parte); g) contraditório e possibilidade de resistência (defesa); h) ausência de uma tarifa probatória, sustentando-se a sentença pelo livre convencimento motivado do órgão jurisdicional; i) instituição, atendendo a critérios de segurança jurídica (e social) da coisa julgada; j) possibilidade de impugnar as decisões e o duplo grau de jurisdição.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.

Questão nº 26

Candidato ARTHUR REZENDE DA SILVA

Resposta: Prezado candidato,

De fato, o gabarito da questão encontra-se equivocado. O item III, entretanto, é que deve ser anulado, pois contradiz o previsto no art. 52, II, da CF:

Compete privativamente ao Senado Federal:

II- processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, **o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).”

Já com relação ao item II da questão, não há contradição com o art. 52, inciso I, da CF:

Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

O item II da questão afirma o seguinte: [...] ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar: os ministros de Estado, **salvo** nos crimes conexos com os do Presidente da República.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto, porém, manifesta-se pela troca do gabarito da questão de A para B.

Candidato MÁRCIO VINICIUS SOBRINHO

Resposta: Prezado candidato,

Em que pese o enunciado da questão ter se referido ao CPP, os itens I e II da questão não contradizem o disposto na CF. Reconhece-se, entretanto, que o gabarito da questão encontra-se equivocado. O item III deve ser anulado, pois vai de encontro ao previsto no art. 52, II, da CF:

Compete privativamente ao Senado Federal:

II- processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, **o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).”

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto, porém, manifesta-se pela troca do gabarito da questão de A para B.

Candidatos:

BRENNER RAFAEL MIRANDA DOS SANTOS
GABRIEL HENRIQUE DE ALMEIDA
JULIANA DE CASTRO COSTA
VINICIUS MACIEL SANTANA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:
O argumento procede quanto ao erro do item III da questão.

Diante do exposto, a Banca Examinadora defere o recurso interposto e manifesta-se pela troca do gabarito da questão de A para B.

Questão nº 27

Candidato DANIEL VICTOR DE SOUZA E LIRA

Resposta: Prezado candidato,

A Banca Examinadora analisou o recurso interposto e decidiu o que segue:
De acordo com o art. 204 do CPP “O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.” A alternativa A, ao afirmar que é permitido à testemunha trazer o depoimento por escrito, referiu-se a qualquer pessoa. Caso fosse o objetivo da alternativa referir-se às pessoas elencadas no parágrafo único do art. 223 do CPP, estas estariam expressas em seu texto.

Diante do exposto, a Banca Examinadora indefere o recurso interposto e manifesta-se pela ratificação do gabarito da questão.